



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Mulheres na política: estereotipia, sexismo e posicionamento político

Amanda Wanderley Leite de Sousa

João Pessoa, PB

Março, 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Mulheres na política: estereotipia, sexismo e posicionamento político

Amanda Wanderley Leite de Sousa – Mestranda

Ana Raquel Rosas Torres - Orientadora

João Pessoa, PB

Março, 2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S725m Sousa, Amanda Wanderley Leite de.

Mulheres na política: estereotipia, sexismo e posicionamento político. / Amanda Wanderley Leite de Sousa. - João Pessoa, 2021.

49 f. : il.

Orientação: Ana Raquel Rosas Torres.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Estereótipos - Mulheres. 2. Psicologia social. 3. Sexismo ambivalente. 4. Posicionamento político. 5. Relações intergrupais. I. Torres, Ana Raquel Rosas. II. Título.

UFPB/BC

CDU 316.647.8-055.2(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Mulheres na política: estereotipia, sexismo e posicionamento político.

Amanda Wanderley Leite de Sousa

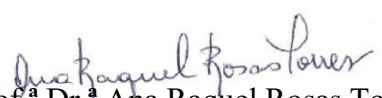
Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (Mestrado), da Universidade Federal da Paraíba, como requisito final para a obtenção do grau de *Mestre* em Psicologia Social.

João Pessoa, PB

Março, 2021

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

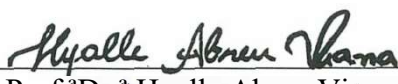
Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e vinte e um, via plataforma Google Meet, reuniram-se em solenidade pública os membros da comissão designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (CCHLA/UFPB), para a Defesa de Trabalho Final de Dissertação da aluna **Amanda Wanderley Leite de Sousa** (orientanda, UFPB, CPF: 087.601.944-05). Foram componentes da banca examinadora: Prof.^a Dr.^a **Ana Raquel Rosas Torres** (UFPB, orientadora, CPF: 267.442.364-15), Prof. Dr. Leônicio Francisco Camino R. Larrain (UFPB, Membro Interno ao Programa, CPF: 040.084.304-82, Prof. Dr. Anderson Mathias Dias Santos (UFPB, Membro Interno à Instituição, CPF: 062.650.854-17) e Prof.^a Dr.^a Hyalle Abreu Viana (F. M. Nassau, Membro Externo à Instituição, CPF: 083.494.064-70). Na cerimônia compareceram, além da examinada, alunos de pós-graduação, representantes dos corpos docente e discente da Universidade Federal da Paraíba e interessados em geral. Dando início aos trabalhos, a presidente da banca, Prof.^a Dr.^a Ana Raquel Rosas Torres, após declarar o objetivo da reunião, apresentou a examinada **Amanda Wanderley Leite de Sousa** e, em seguida, concedeu-lhe a palavra para que discorresse sobre seu trabalho, intitulado: “MULHERES NA POLÍTICA: ESTEREOTIPIA, SEXISMO E POSICIONAMENTO POLÍTICO”. Passando então ao aludido tema, a aluna foi, em seguida, arguida pelos examinadores na forma regimentar. Ato contínuo, passou a comissão, em segredo, a proceder a avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito de “**APROVADO**”, o qual foi proclamado pela presidente da banca, logo que retornou ao recinto da solenidade pública. Nada mais havendo a tratar, eu, Patrícia Nunes da Fonseca, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos assino juntamente com os membros da banca. João Pessoa, 26 de março de 2021.



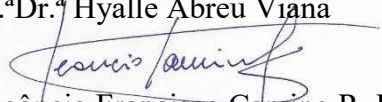
Prof.^a Dr.^a Ana Raquel Rosas Torres



Prof. Dr. Anderson Mathias Dias Santos



Prof.^a Dr.^a Hyalle Abreu Viana



Prof. Dr. Leônicio Francisco Camino R. Larrain



Patrícia Nunes da Fonseca
Coordenadora do PPGPS

(...)
Em baixa voz
violento os tímpanos do mundo.
Antevejo.
Antecipo.
Antes-vivo
Antes - agora - o que há de vir.
Eu fêmea-matriz.
Eu força-motriz.
Eu-mulher
abrigo da semente
moto-contínuo
do mundo.

(Eu-mulher, Conceição Evaristo)

Agradecimentos

A vida acadêmica é muito desafiadora e cheia de obstáculos. Muitas vezes o maior desafio é nos perceber capazes de conquistar o que desejamos e, quando conseguimos, por vezes não nos sentimos merecedores. Para lidar com isso o apoio de pessoas tanto dentro como fora da universidade é fundamental, uma vez que sem o apoio e o compartilhamento das dores estaríamos cada vez mais afundados nos nossos medos e inseguranças. Me sinto muito beneficiada pelas minhas relações e profundamente agradecida por todas as pessoas que me motivaram a continuar e me permitem sonhar ao incentivar minha curiosidade e inquietação frente aos temas que permeiam a Psicologia Social e a vida como um todo.

Agradeço Ao Prof. Dr. Anderson Mathias Santos por ter se interessado a contribuir com meu trabalho e por me lembrar que o processo de construção do conhecimento deve ter, para além do pragmatismo, uma boa dose de sonhos.

À Profa. Dra. Hyalle Viana, por acompanhar minha trajetória desde a graduação e sempre servir de inspiração para continuar na academia. Admiro demais sua trajetória.

Ao Prof. Dr. Leôncio Camino, por todas as suas contribuições à Psicologia Social na UFPB, no Brasil e no mundo, promovendo o desenvolvimento de vários apaixonados pela área.

À Profa. Dra. Ana Raquel Torres, por cumprir com maestria o papel de orientadora, me direcionando, acolhendo e dando suporte quando necessário, sem deixar que minhas inseguranças me parassem. Lhe admiro muito e sua história como profissional me serve de grande inspiração.

Agradeço às minhas amigas e amigos da minha turma de graduação, em especial Aíla, Isaac, Izadora, Barbara, Marianne, Thaisy, Vivian e Antônio. Não imaginei que seria possível encontrar tantas pessoas incríveis e que pudéssemos ter tantas conversas interessantes tanto

sobre a psicologia como sobre a vida em geral, contribuindo assim para minha formação como profissional e como pessoa. Vocês me ajudaram e ainda me ajudam muito, obrigada.

Agradeço aos meus companheiros de GPCP que me acompanharam desde o início, Eldo, Andreza, Dangelles, Layanne, Iara, Hyalle, Renata. Vocês me acolheram muito bem e por isso sou grata. Obrigada aos que vieram depois, mas pudemos ter vivências igualmente importantes, Fernanda, Luiza, Heitor, Nathalia, Karol, Barbara e Francicléia. Receber vocês foi muito bom e me motiva muito a seguir neste caminho.

Ao meu pai Antonio Ueliton, por sempre incentivar minha enorme curiosidade e ressaltar o valor da dedicação ao que se acredita.

À minha Mãe, Andrea. Por me ensinar o valor da conversa e a importância de reconhecer e lidar com nossos medos.

À minha irmã, Andressa. Por se dispor a me compreender mesmo quando minhas ideias eram tão diferentes das suas, me permitindo crescer com nossos diálogos.

Ao meu namorado, André. Por me acolher nos meus momentos mais vulneráveis.

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa. Espero que a importância de investir em ciência seja cada vez mais reconhecida.

Resumo

Esta dissertação teve como objetivo investigar a influência do posicionamento político de candidatas (e.g. conservadora/centro/progressista) e do sexismo ambivalente na atribuição de estereótipos às candidatas a cargos eletivos ao congresso nacional. Para alcançar esse objetivo, foram realizados dois estudos experimentais. Os resultados do Estudo 1 (N=112) demonstraram que, em conjunto, a candidata de direita pontuou menos do que as de centro e de esquerda nas três dimensões estereotípicas (moralidade, sociabilidade e competência), não havendo diferenças entre essas duas últimas candidatas. No Estudo 2 (N=129) analisou-se se a atribuição de estereótipos é influenciada pelo grau de adesão ao sexismo hostil ou benevolente. Os resultados mostraram que, entre as pessoas com baixo grau de adesão ao sexismo benevolente, a candidata de esquerda foi vista como possuindo mais atributos morais que a de centro e a candidata de direita foi vista como tendo menos atributos morais do que as outras duas. Pessoas com baixa adesão ao sexismo benevolente também apresentaram diferenças significativas na atribuição de estereótipos de sociabilidade e de competência entre as candidatas em todas as condições. Dessa forma, a candidata de esquerda foi vista como possuindo mais atributos de sociabilidade e de competência que a de centro e a candidata de direita foi vista como tendo menos atributos sociabilidade e de competência do que as outras duas. Entre os participantes com um baixo grau de adesão ao sexismo hostil, as candidatas de esquerda e de centro foram vistas como sendo igualmente morais, competentes e sociáveis e a candidata de direita como sendo menos moral, competente e sociável do que as outras duas. Chama atenção, no entanto, que não foram observadas diferenças significativas entre as candidatas na situação de alto sexismo hostil e benevolente. Em conjunto, os resultados dos dois estudos realizados mostram a importância tanto das pertencas sociais como das ideologias (e.g. sexismo ambivalente) na atribuição de estereótipos.

Palavras-chave: Estereótipos; Sexismo ambivalente; Posicionamento político; Relações intergrupais.

ABSTRACT

This dissertation aimed to investigate the influence of the political positioning of female candidates (e.g. conservative/center/progressive) and ambivalent sexism in the attribution of stereotypes to these candidates for elective positions to the national congress. To achieve this goal, two experimental studies were carried out. The results of Study 1 (N = 112) show that, together, the right-wing candidate received a lower score than the center and left-wing candidates in the three stereotypical dimensions (morality, sociability and competence), with no differences between these two latest candidates. In Study 2 (N = 129) it was analyzed whether the attribution of stereotypes is influenced by the degree of adherence to hostile or benevolent sexism. The results showed that, among people with a low degree of adherence to benevolent sexism, the left-wing candidate was seen as having more moral attributes than the center candidate and the right-wing candidate was seen as having fewer moral attributes than the other two. People with low adherence to benevolent sexism also showed significant differences in the attribution of stereotypes of sociability and competence among the candidates in all conditions. In this way, the left-wing candidate was seen as having more attributes of sociability and competence than the center candidate and the right-wing candidate was seen as having less sociability and competence attributes than the other two. Among participants with a low degree of adherence to hostile sexism, the left-wing and center candidates were seen to be equally moral, competent and sociable and the right-wing candidate as being less moral, competent and sociable than the other two. It is noteworthy, however, that there were no significant differences between the candidates in the situation of hostile and benevolent high sexism. Taken together, the results of the two studies carried out show the importance of both social belongings and ideologies (e.g. ambivalent sexism) in the attribution of stereotypes.

Keywords: Stereotypes; Ambivalent sexism; Political positioning; Intergroup relations.

SUMÁRIO

<u>Mulheres na política: estereotipia, sexismo e posicionamento político</u>	7
<u>Da Categorização Social aos estereótipos: uma abordagem sociocognitiva</u>	9
<u>Modelo do Conteúdo dos Estereótipos</u>	12
<u>Bidimensionalidade VS. Tridimensionalidade: a importância da dimensão de moralidade</u>	14
<u>Sexismo ambivalente</u>	16
<u>Apresentação dos estudos</u>	18
<u>ESTUDO 1. A influência do posicionamento de candidatas a cargos eletivos nos estereótipos a elas atribuídos</u>	19
<u>Participantes e Delineamento</u>	19
<u>Procedimento e Instrumento</u>	19
<u>Análise de dados</u>	21
<u>Resultados e Discussão</u>	22
<u>ESTUDO 2. A influência do sexismo na atribuição de estereótipos às candidatas de direita, centro e esquerda</u>	24
<u>Método</u>	25
<u>Participantes e delineamento</u>	25
<u>Instrumento</u>	25
<u>Análise de dados</u>	26
<u>Resultados e discussão</u>	26
<u>Considerações Finais</u>	27
<u>Referências</u>	33
<u>Anexos</u>	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Médias (e desvios-padrão) de percepção estereotipada nas dimensões de sociabilidade, moralidade e competência pelo posicionamento do personagem e pelo gênero do personagem.....	22
---	----

Lista de Figuras

<u>Figura 1.</u> Diferenças na atribuição de moralidade em participantes com alto e baixo sexismo benevolente.	27
<u>Figura 2.</u> Diferenças na atribuição de sociabilidade em participantes com alto e baixo sexismo benevolente.	28
<u>Figura 3.</u> Diferenças na atribuição de competência em participantes com alto e baixo sexismo benevolente.	28
<u>Figura 4.</u> Diferenças na atribuição de moralidade em participantes com alto e baixo sexismo hostil.	29
<u>Figura 5.</u> Diferenças na atribuição de sociabilidade em participantes com alto e baixo sexismo hostil.	30
<u>Figura 6.</u> Diferenças na atribuição de competência em participantes com alto e baixo sexismo hostil.	30

Mulheres na política: estereotípiã, sexismo e posicionamento político

A concepção de uma democracia representativa é fundamental para o bom funcionamento do Estado e para a garantia de igualdade entre cidadãos, uma vez que seus direitos seriam defendidos por seus representantes. Porém, no caso do Brasil, o próprio processo eleitoral, que seria o principal meio pelo qual os eleitores poderiam garantir esta representatividade, possui baixa credibilidade entre os brasileiros (Cohen, Lupu & Zechmeister, 2017). Um dos fatores que poderiam estar subjacentes à essa baixa credibilidade seria a percepção de que as elites ainda têm privilégios no processo eleitoral, seja devido à sua maior influência política ou seja devido ao maior investimento em campanhas publicitárias, tornando os eleitores sujeitos a processos de influência social (Rodrigues, 2018).

Um dos aspectos mais marcantes da política brasileira é a desigualdade de gênero, sendo o Brasil um destaque mundial negativo nesse aspecto. Segundo dados do Mapa Mulheres na Política (IPU-UNWOMEN, 2020), um levantamento mundial da Organização das Nações Unidas e da União Interparlamentar, o Brasil ocupa a posição 134 de 193 países pesquisados no ranking de representatividade feminina no Parlamento com 15% de participação de mulheres. Na Câmara, são 77 deputadas em um total de 513 cadeiras, e somente 12 senadoras entre os 81 eleitos. No Poder Executivo, a escolha do atual presidente da República de nomear apenas duas mulheres para cargos ministeriais, dentre os 22 disponíveis, coloca o país na posição 149, entre os 188 países analisados, no que se refere à posição feminina nas altas esferas governamentais.

Diversos podem ser os obstáculos para a representatividade feminina nos cargos eleitorais, desde o sistemático desencorajamento a ocupar cargos de gestão até a existência de uma dupla ou mesmo tripla jornada de trabalho que impossibilita o acúmulo de mais essa

ocupação. Segundo a cartilha Mulheres na Política, que contém dados de uma pesquisa de opinião pública realizada pelo Senado Federal (2014), mulheres e homens apresentam graus semelhantes de intenção à candidatura pública, pois quando perguntados se caso houvesse reais chances de se eleger se candidatariam, 62% das mulheres e 66% dos homens responderam que de maneira afirmativa.

Mas por que existem tão poucas mulheres dispostas a concorrer a um cargo público? Os dados do TSE organizados pela agência Gênero Número (2016) que revelam que, mesmo com o número de mulheres candidatas ao cargo de vereadora passando de 20% para mais de 30% entre 2008 e 2012, a proporção de candidatas eleitas se manteve inalterada. A ONG Politize (2017) analisou os dados das eleições municipais em todo país considerando variáveis como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região e nível de escolaridade do eleitorado, porém nenhuma delas se correlacionou com a porcentagem de mulheres eleitas.

É necessário ressaltar que o aumento de candidaturas de mulheres nas eleições municipais ocorreu logo após a vigência da lei de cotas de gênero, de 2009. As políticas de ação afirmativa no Brasil são estratégias adotadas tanto no âmbito político, quanto na administração pública e na educação superior e visam diminuir disparidades nestes espaços. No caso da educação, desde a implementação, em 2012, da lei de cotas nas universidades, em apenas três anos foram cumpridas as metas esperadas para a medida (Ministério da Educação, 2015). Entretanto, a lei de cotas de gênero na política, mesmo sendo anterior às cotas na educação, ainda enfrenta muitas dificuldades para efetivar a atuação de mulheres nos cargos públicos, sendo um dos motivos as estratégias dos partidos em burlar esta lei, como realizando candidaturas fantasmas (Tribunal Superior Eleitoral, 2019).

Um aspecto que chama atenção nesse campo diz respeito ao fato que a participação de mulheres na política parece ser um indicador relevante de menor vulnerabilidade de meninas e mulheres, pois oito dos dez estados melhor classificados quanto a presença de mulheres na

política, ocupam também as posições mais baixas no ranking de violência contra a mulher, à exceção de Roraima e Rio Grande do Norte. Em destaque está o estado de Espírito Santo, que ocupa a segunda posição no ranking de violência e é o estado com menos mulheres eleitas (d'Avila, Comin, Aragon & Alvares, 2018). Dessa forma, essa correlação negativa, ainda que não totalmente proporcional, indica que a presença igualitária de mulheres em cargos eleitorais pode ser um fator protetivo quanto a violência de gênero.

Cuadrado, Navas, Ferrer, Morelo e Morales (2012) revelaram que a percepção acerca dos obstáculos que as mulheres enfrentam para ocupar posições de liderança são comumente atribuídos a fatores psicológicos, como falta de interesse, habilidade e ambição. Esses autores postulam que tais justificativas são construídas socialmente e têm a influência da divisão social dos papéis sociais de gênero, uma vez que eles impactam nas expectativas e qualidades atribuídas a um bom líder.

Diante do exposto até aqui, a pergunta que essa dissertação objetiva responder é: qual o papel do posicionamento político de candidatas (e.g. conservadora/progressista) e do sexismo ambivalente na atribuição de estereótipos à candidatas a cargos eletivos? Para responder essa questão, temos como pilares teóricos o Modelo do conteúdo dos estereótipos (Fiske, Cuddy, Glick & Xu, 2002) e os estudos sobre o sexismo ambivalente (Glick & Fiske, 1996) que serão discutidos em seguida.

Da Categorização Social aos estereótipos: uma abordagem socio-cognitiva

Para Tajfel (1981), assim como para a psicologia cognitiva, conhecer implica em classificar. Assim, ao deparar-nos com um novo objeto não o tratamos como único, buscando compreender o que há nele de específico, mas procuramos observar o que dele é comum à uma categoria já conhecida. Essas categorias são estabelecidas à medida que, a partir de uma rede de significados construída culturalmente, aprendemos e organizamos as informações que

recebemos, permitindo observar a realidade como um conjunto de classes e categorias a fim de poupar esforços cognitivos e facilitar nossa orientação no mundo (Álvaro & Garrido, 2007; Tajfel, 1981). Assim a categorização social ocorre nas circunstâncias em que uma pessoa deixa de ser percebida individualmente e passa ser qualificada como um membro de um grupo, mediante a aplicação de critérios físicos (cor da pele, gênero, idade, etc.) ou características de natureza distinta (sociais, econômicas, religiosas etc.).

De acordo com Tajfel (1981), esse fenômeno sócio-cognitivo teria impacto nas relações intergrupais, pois ao percebermos alguém como membro de uma determinada categoria, passamos a maximizar suas diferenças em relação aos outros grupos e minimizar as diferenças dentro de um mesmo grupo. É importante ressaltar que, para Tajfel (1981), essas categorias resultariam de um longo processo histórico e a percepção e avaliação que fazemos delas seriam fruto da assimilação dos valores culturais por meio de processos de aprendizagem. Também é importante ressaltarmos que a categorização social seria, para Tajfel e Turner (1986), o processo básico subjacente aos conflitos intergrupais. No entanto, para eles, esse processo, *per si*, embora necessário, não seria suficiente para explicar esses conflitos.

Apesar de haver uma forte relação entre os processos de estereotipia e de categorização social, é necessário estabelecer uma distinção entre ambos. Allport (1954) afirma que os estereótipos seriam crenças exageradas que se relacionam a uma determinada categoria de pessoas e que são utilizadas para interpretar seus comportamentos. O estereótipo age de maneira a preencher a categoria com imagens, signos e julgamentos, distanciando-se de uma descrição única acerca do indivíduo ou objeto. Tajfel (1981) define estereótipo como sendo a atribuição de determinados traços a uma categoria social, fazendo parte de uma crença difundida socialmente. Para Fiske (1998), seguindo as ideias de Tajfel (1981), os

estereótipos são crenças frente às características de grupos sociais e seus membros que são transmitidas para a sociedade, podendo ser aceitas tanto por uma pessoa quanto pelos grupos.

As funções dos estereótipos podem ser divididas em individuais e coletivas. As funções individuais, além de simplificar a realidade, levando a uma economia cognitiva, também servem para proteger o sistema de valores do indivíduo, permitindo assim a manutenção de uma autoimagem positiva (Álvaro & Garrido, 2007; Tajfel, 1981; Techio, 2011). Para Tajfel (1981), as funções sociais serviriam para: a) estabelecer relações de causalidade objetivando a explicações de eventos complexos e/ou negativos. Aqui é importante ressaltar que esse autor afirmava que, frequentemente, um grupo de baixo status seria visto como causador dos eventos negativos por causa dos estereótipos negativos a ele atribuídos; b) facilitar a diferenciação intergrupar, que agiria em prol da construção de uma identidade social positiva e c) a função de justificação social que serviria para dar argumentos favoráveis para a manutenção do *status quo* (Tajfel, 1981; Techio, 2011).

Os estereótipos têm também a função de racionalizar o meio no qual estamos inseridos, justificando nossas crenças e condutas frente a outras pessoas ou grupos sociais, podendo servir para dar legitimidade a práticas sociais e desigualdades históricas (Allport, 1954/1962). Dessa forma, os estereótipos têm grande influência sobre nossas atitudes e, ao nível intergrupar, é possível prever a avaliação de características grupais por meio da compreensão dos conteúdos estereotípicos, porém esses juízos só podem ser compreendidos se levarmos em consideração o contexto em que foram construídos (Techio, 2011).

Para compreender o porquê dos estereótipos se manterem resistentes à mudança, Tajfel (1981) leva em consideração dois principais motivos. O primeiro diz respeito a ambiguidade da informação no meio social e o fato dos estereótipos serem amplamente compartilhados, fazendo com que o consenso social sirva como critério de validade devido à conformidade social. O segundo motivo resulta das consequências negativas que erros na

categorização podem causar no sistema de valores do indivíduo, uma vez que estes estão relacionados com sua autoimagem. Assim, é necessário que os estereótipos tenham certa estabilidade, pois eles servem para racionalizar as práticas do endogrupo direcionadas ao exogrupo e de dar legitimidade ao *status quo*, atribuindo naturalidade à diferenciação grupal que, de outra forma, se analisada objetivamente, poderia ser questionada (Jost & Banaji, 1994; Pereira, Vala, Costa-Lopes, 2010). Dessa forma, se mantêm o sistema ideológico e as desigualdades sociais políticas e econômicas. Por fim, os conteúdos dos estereótipos só se modificam quando ocorrerem mudanças estruturais nas relações entre grupos, afetando a ordem social (Tajfel, 1981; Techio, 2011).

Pode-se identificar duas linhas de investigação acerca dos estereótipos, a saber: a perspectiva individual e social. Na perspectiva individual se considera, por meio dos estudos da cognição social, esses fenômenos como representações na mente dos indivíduos, podendo ser mais abstratas ou mais concretas. Em conjunto, as pesquisas nessa perspectiva buscam compreender os processos de aprendizagem que permitem a assimilação dessas representações. Ao passo que na perspectiva social, os estereótipos são considerados como elementos das representações sociais e entendidos como conteúdos culturalmente compartilhados. Aqui, a ênfase é na análise dos conteúdos estereotípicos (Willis, Rodríguez-Bailón, & Moya, 2011). Neste trabalho, adotamos essa última perspectiva, cujo principal modelo de análise é o Modelo do conteúdo dos estereótipos, que será discutido a seguir.

Modelo do Conteúdo dos Estereótipos.

O conteúdo dos estereótipos forma a imagem que é evocada acerca de uma categoria social e pode conter tanto traços positivos como negativos, precisos ou não e são frequentemente exagerados (Tajfel, 1981; Techio, 2011). Pesquisas sobre percepção interpessoal demonstraram que as diferentes características na formação de impressões poderiam ser baseadas em duas dimensões fundamentais, sendo uma relacionada às

características intelectuais mais orientadas para tarefas (e. g. inteligência) e outra relacionada às características sociais orientadas para os relacionamentos interpessoais (e. g. sociabilidade) (Rosenberg, Nelson & Vivekanathan, 1968).

A ideia de que essas duas dimensões da percepção pessoal poderiam ser transferidas para a percepção do grupo já havia sido antecipada por Allport (1954) e foi a partir dela que o modelo do conteúdo dos estereótipos foi desenvolvido (Fiske, Cuddy, Glick & Xu, 1999, 2002). O modelo defende que o estudo do conteúdo de estereótipos é tão importante quanto o dos processos cognitivos, motivacionais e sociais envolvidos na sua aprendizagem. No entanto, para eles, essa estratégia investigativa vinha sendo negligenciada.

Para Fiske et al. (1999), como aconteceria com os processos, o conteúdo de estereótipos também obedeceria a certos princípios sistemáticos que poderiam ser identificados e ser úteis na pesquisa entre grupos. Esses autores retomam e aprofundam as ideias anteriores sobre a bidimensionalidade na percepção, afirmando que nossa percepção de outros grupos é elaborada também a partir de duas dimensões básicas, que eles denominaram de sociabilidade e competência. A sociabilidade nos ajudaria a antecipar as intenções dos outros em relação a nós mesmos e inclui características como ser confiável, sincero, amigável ou afetuoso. A competência nos ajudaria a conhecer a capacidade de outras pessoas alcançarem seus objetivos e seria composta de características como ser competente, eficiente ou inteligente. No entanto, eles defenderam também que a atribuição de estereótipos também seria influenciada pelo status do grupo.

Assim, Fiske, Cuddy, Glick & Xu (2002) demonstraram que as pessoas avaliaram uma série de grupos considerados de menor status (mulheres, grupos étnicos minoritários, pessoas idosas, pessoas com deficiência) como menos competentes, e, ao mesmo tempo, mais sociáveis e assim foram avaliados positivamente. Enquanto pessoas de alguns grupos

considerados de alto status (homens, asiáticos e ricos) não eram tão aceitas, pois apesar de serem julgados como competentes, eram vistos como menos sociáveis.

Bidimensionalidade VS. Tridimensionalidade:

a importância da dimensão de moralidade.

O modelo de estereótipos proposto por Fiske et al (2002) vem sendo questionado quanto a sua bidimensionalidade. Autores como Brambilla, Rusconi, Sacchi e Cherubini (2011) e Leach, Ellemers e Barreto (2007) questionaram a bidimensionalidade da percepção social, destacando que tanto estudos ao nível interpessoal como grupal combinaram características relacionadas à moralidade (e.g. honestidade e bom caráter) com outras relacionadas à sociabilidade (e.g. bondade e amabilidade), unindo dimensões realmente diferentes. (Lopez-Rodriguez et al., 2013).

Alguns trabalhos mostraram que a dimensão de sociabilidade pode ser dividida em duas subdimensões diferentes: sociabilidade e moralidade, uma vez que as pessoas percebem as características relacionadas à moralidade de maneira diferente daquelas relacionadas à sociabilidade tanto individualmente (Anderson e Sedikides, 1991; Rosenberg et al., 1968) como no nível grupal (Brambilla et al., 2011; Brambilla, Sacchi, Rusconi, Cherubini e Yzerbyt, 2012; Leach et al., 2007). Como destacado por Leach et al. (2007), embora moralidade e sociabilidade possam fazer parte da mesma dimensão geral de “benevolência”, elas são realmente dimensões conceitualmente diferentes: um grupo pode ser moral sem precisar ser sociável e vice-versa. De fato, modelos formados por três dimensões (moralidade, sociabilidade e competência) apresentam melhor ajuste do que modelos formados por apenas duas dimensões, onde as características da moralidade e da sociabilidade aparecem unidas (Brambilla et al., 2011; Leach et al., 2007, Lopez-Rodriguez et al., 2013).

Leach et al. (2007) demonstraram que moralidade, competência e sociabilidade eram percebidas como diferentes dimensões do endogrupo. A moralidade incluiria características como honestidade, sinceridade e confiabilidade. Já a sociabilidade incluiria traços como agradável, caloroso ou amigável e, finalmente, a competência seria formada por traços como inteligente e habilidoso. Além disso, a moralidade foi a dimensão mais importante na avaliação positiva do endogrupo e a menos importante na avaliação positiva do exogrupo (Lopez-Rodriguez et al., 2013).

Brambilla et al. (2011) e Lopez-Rodriguez et al. (2013) demonstraram que os dois componentes da sociabilidade (sociabilidade e moralidade) são processados de maneira diferente e que a moralidade tem um papel distinto e dominante também no processo de coleta de informações e formação de impressões sobre outros grupos, não apenas no nível do endogrupo. De fato, as pessoas parecem mais interessados em obter informações sobre moralidade do que sobre sociabilidade, quando precisam formar uma impressão geral de outras pessoas (Brambilla et al., 2011, Lopez-Rodriguez et al., 2013). Além disso, a moralidade foi um melhor preditor (em relação à sociabilidade ou competência) das avaliações globais de um grupo imigrante desconhecido (Brambilla et al., 2012; Lopez-Rodriguez et al., 2013). Dessa maneira, a moralidade surge como um aspecto fundamental na formação de impressão uma vez que é um importante determinante da positividade ou negatividade da atitude relativa ao indivíduo ou ao grupo.

No entanto, apesar de alguns grupos serem avaliados positivamente, isso não significa que não sofram discriminação. É justamente por essa ambiguidade, que Glick e Fiske (1996) propõem a ideia de sexismo ambivalente, pois, no caso das mulheres, traços positivos como sociabilidade, afetividade, cuidado etc., podem coexistir com uma visão sexista, como por exemplo a visão de mulheres como manipuladoras dos homens nos relacionamentos. Nesse caso se identifica a presença de um preconceito do tipo paternalista, em que o papel da

mulher é claramente delimitado e inferior ao homem. Esses conjuntos de traços atribuídos à categoria das mulheres têm reflexo na forma como são percebidas e na avaliação de suas ações. (Glick & Fiske, 1996). Esse tema será discutido a seguir.

Sexismo ambivalente.

As diferenças sociais entre homens e mulheres podem ser observadas tanto no âmbito das relações de trabalho e na política como no espaço doméstico, afetando cada um deles de maneira ampla. Ainda que os efeitos dessa desigualdade sejam bastante difundidos em diferentes culturas, as justificativas para ela podem variar bastante. No entanto, para além dos conteúdos legitimadores (Allport, 1954/19; Jost & Banaji, 1994; Pereira, Vala, Costa-Lopes, 2010; Tajfel, 1981), é preciso reconhecê-las como processos baseados numa ideologia sexista.

O sexismo pode ser entendido como uma forma de preconceito, definido por Allport (1954) como uma atitude hostil frente a um indivíduo devido a sua pertença grupal. É preciso considerar que essa definição foi dada no contexto das relações raciais, na qual a forte discriminação era marcada por estratégias de segregação. Com o fortalecimento de movimentos antirracistas e mudança nas relações étnico-raciais, aconteceram também mudanças nas normas sociais vigentes e o preconceito foi se tornando mais sutil e ambíguo (Glick & Fiske 2011). Foi observando essas mudanças que Glick e Fiske (1997) buscaram criar uma conceitualização sobre o sexismo que fosse coerente com as formas contemporâneas de discriminação.

A ambiguidade se dá de maneira ainda bastante marcada no sexismo devido às especificidades das relações de gênero, na qual encontramos um paradoxo entre subordinação e interdependência (Glick & Fiske, 2011). Para conciliar esses dois aspectos e manter o status quo, tanto os homens como as mulheres devem acreditar que são igualmente beneficiados

(Connor, Glick & Fiske, 2016). Dessa maneira a crença sexista se baseia na noção de que os gêneros possuem naturezas essencialmente diferentes e complementares, portanto, devem se ater a seus papéis para que exista uma boa relação social (Glick & Fiske, 1996).

O Modelo do Sexismo Ambivalente (Glick & Fiske, 1996) faz parte de uma onda de estudos que expandem a concepção de preconceito defendendo que o sexismo não é formado apenas por crenças negativas, mas também por crenças de conteúdo aparentemente positivo. Nesse modelo, o sexismo é composto por duas dimensões, uma hostil e outra benevolente. O sexismo hostil é caracterizado por crenças e comportamentos negativos direcionados à mulher, se aproximando da definição de preconceito de Allport (1954). Esta faceta do sexismo tem papel de repreender mulheres que rompem com o que é prescrito ao gênero feminino gerando uma retaliação ao comportamento “transgressor”, seja ao culpabilizar a mulher por uma violência sofrida ou ao deslegitimar sua capacidade. O sexismo benevolente pode ser considerado como mais sutil e se dá por meio de comportamentos pró-sociais, denominado comumente como cavalheirismo, mas que se ancoram em uma visão estereotipada de gênero (Glick & Fiske, 1996). Esta faceta tem o papel de oferecer uma suposta recompensa as mulheres que aderem ao comportamento prescrito ao gênero feminino por meio de um tratamento paternalista no qual não é esperado que busquem sucesso profissional uma vez que isto é dever do homem. Essas dimensões não são opostas, mas sim complementares, uma vez que servem como um mecanismo reforçador do lugar subalterno da mulher (Connor, Glick & Fiske, 2016).

Apresentação dos estudos

Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo investigar a influência do posicionamento político de candidatas (e.g. direita, centro e esquerda) e do sexismo ambivalente (benevolente e hostil) na atribuição de estereótipos às candidatas a cargos eletivos. Para alcançar esse objetivo, foram realizados dois estudos que serão descritos a seguir.

Aqui é importante esclarecer que todos os procedimentos éticos prescritos na resolução número 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) foram seguidos nos dois estudos. Assim, após o termo de consentimento livre e esclarecido ter sido devidamente lido e o participante ter assentido responder a pesquisa, iniciou-se a aplicação do questionário. Esse questionário foi respondido de forma individual e aplicado de forma on-line utilizando a plataforma SurveyMonkey, que permite a construção de cenários experimentais e a atribuição aleatória de participantes em cada situação experimental, garantindo assim o balanceamento amostral.

Finalmente, os critérios de inclusão dos participantes adotados nos três estudos foram: a) ser estudante universitário e b) responder corretamente a manipulação da variável independente (e.g. posição da candidata à cargo eletivo).

ESTUDO 1

A influência do posicionamento de candidatas a cargos eletivos nos estereótipos a elas atribuídos

Para entender o fenômeno da atribuição de estereótipos às mulheres no campo da política, é necessário considerar variáveis fundamentais como por exemplo, o posicionamento

político de uma candidata a um cargo eletivo, uma vez que existem expectativas quanto a participação política das mulheres de que reproduzam o lugar de cuidado que lhes foi designado (Huddy & Capellos, 2002). O primeiro estudo deste trabalho objetivou investigar o impacto do posicionamento político da candidata (direita, centro ou esquerda) avaliada na atribuição de estereótipos de moralidade, sociabilidade e competência feita a ela. Temos então como hipótese principal de que o posicionamento da candidata terá efeito nos estereótipos de moralidade, sociabilidade e competência a ela atribuídos.

Método

Participantes e Delineamento

Nossa amostra consistiu em 112 participantes estudantes do ensino superior no Brasil, sendo 67,7% mulheres. A idade dos participantes variou de 18 a 47 anos, tendo como média 26.32 anos ($DP=6.51$). A amostragem foi não probabilística por conveniência. Foi realizada uma análise de sensibilidade post-hoc para efeitos especiais e interações em MANOVA usando GPower 3.1.9 (Faul, Erdfelder, Lang & Buchner, 2007; Zhang & Yuan, 2018) com $\alpha = 0.05$, numerador $df = 1$ e três grupos mostraram que tínhamos 80% de chance de detectar um efeito principal ou de interação tão pequeno como $\eta^2 = 0.07$.

Procedimento e Instrumento

A primeira parte do questionário foi composta por uma vinheta na qual era descrita uma candidata ao cargo de deputada federal e foi controlado o posicionamento político da candidata. O início era igual para as três condições: “Luisa da Silva Lemos, 32 anos, casada, tem dois filhos e uma carreira estável como advogada. Ela está se candidatando pela primeira vez ao cargo de deputada federal.” Em seguida, eram descritas suas propostas que variaram segundo a condição:

- a) Candidata de esquerda: “A sua plataforma de campanha gira em torno da defesa dos Direitos Humanos e das minorias, como ações de proteção da comunidade LGBTQIA+, políticas de combate ao racismo e defesa dos direitos da mulher. Ela também defende políticas de redistribuição de renda, como a defesa de uma reforma agrária e taxaço de grandes fortunas.”
- b) Candidata de direita: “A sua plataforma de campanha gira em torno da defesa da segurança pública defendendo melhores condições de trabalho para a polícia civil e militar, bem como a reduço da maioridade penal em casos graves. Ela defende também a militarização de escolas públicas e o combate ao ensino de temáticas de gênero e sexualidade nas escolas de ensino básico.”
- c) Candidata de centro: “A sua plataforma de campanha gira em torno da defesa de uma maior transparência pública e combate à corrupção. Ela defende também que sejam destinados mais recursos à educação básica, à saúde, à infra-estrutura e que sejam garantidos os direitos da criança, do adolescente e do idoso.”

Essas propostas foram desenvolvidas levando em consideração as plataformas de deputadas federais de partidos considerados de esquerda, centro ou direita. Uma vez prontas, as vinhetas foram submetidas a uma análise de juizes em que estes teriam que dizer ao lerem as vinhetas, qual seria a posição da candidata considerando o espectro político nas três opções dadas: esquerda, centro ou direita. Houve um acerto de 96% nas respostas dadas para cada uma das situações descritas e os erros se deram apenas na candidata de centro.

Em seguida, apresentava-se o instrumento para a mensuração dos estereótipos adaptada por Cuadrado, López-Rodríguez & Navas (2016) formada por traços de moralidade, sociabilidade e competência. Os participantes deveriam pontuar os traços atribuídos às candidatas em uma escala tipo Likert de 7 pontos sendo 1 “nada” e 7 “muito”. As pontuações dos itens da escala foram submetidas a uma análise fatorial exploratória, utilizando o método de extração dos eixos principais, com rotação varimax. Os resultados demonstraram que o fator de moralidade apresentou um *alfa de Cronbach* de .94, o fator de competência apresentou um *alfa de Cronbach* de .94 e por fim o fator de sociabilidade apresentou um *alfa de Cronbach* de .94

Ao final, seguiam as perguntas relacionadas às características sociodemográficas dos participantes, tais como renda, curso, região, idade e sexo. Por último, perguntávamos ao participante qual seria a posição no espectro político da candidata apresentada, onde eram dadas três opções: esquerda, centro ou direita.

Análise de dados

As análises foram realizadas por meio do software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão 20. Realizou-se uma MANOVA tendo como variáveis independentes o posicionamento da candidata e do participante (direita, esquerda e centro), e como variáveis dependentes os estereótipos a ela atribuídos, sejam estes de moralidade, sociabilidade ou competência.

Resultados e Discussão

O Teste M de BOX acatou pressuposto da homogeneidade nas matrizes de variância-covariância (BOX's $M = 14.17$; $F(12, 43626,516) = 1.132$, $p = .328$). Os resultados da análise de MANOVA apontaram que o posicionamento das candidatas influenciou nos

estereótipos a elas atribuídos, uma vez que houve um efeito principal significativo ainda que o tamanho do efeito observado seja pequeno (Traço de Pillai= 0.352; $F(6,216)= 7.689$; $p < .001$; $\eta_p^2=.176$). Nas comparações por pares foi possível observar que o posicionamento da candidata teve efeito nos estereótipos de moralidade ($F(2,109)= 29.5$, $p < .001$), competência ($F(2,109)= 18.141$, $p < .001$], e sociabilidade ($F(2,109)= 20.854$, $p < .001$), comprovando assim a hipótese principal.

Nos testes a posteriori, ao analisar as comparações múltiplas foi possível identificar diferenças significativas entre as candidatas apresentadas nas três dimensões de estereótipos. Podemos observar, na Tabela 1, que a candidata de direita ($M = 3.06$, $DP = 1.6$) foi vista como tendo significativamente menos traços de moralidade em comparação com a candidata de esquerda ($M = 5.45$, $DP = 1.32$, $p < .001$) e de centro ($M = 4.73$, $DP = 1.34$, $p < .001$). Chama atenção que, nessa dimensão, não houve diferenciação entre as candidatas de esquerda e centro ($p = .120$).

Tabela 1. Médias (e desvios-padrão) de percepção estereotipada nas dimensões de sociabilidade, moralidade e competência pelo posicionamento político da candidata.

Média (Desvio Padrão) da atribuição de traços estereotípicos			
	Moralidade	Sociabilidade	Competência
Posicionamento da candidata			
Direita	3.06 (1.6) ^{b**,c**}	3.1 (1.72) ^{b**,c**}	3.88 (1.67) ^{b**,c**}
Esquerda	5.45 (1.32) ^{a**}	5.24 (1.33) ^{a**}	5.8 (1.27) ^{a**}
Centro	4.73 (1.34) ^{a**}	4.56 (1.5) ^{a**}	5.25 (1.47) ^{a**}

Nota. ^{**} $p < 0,01$; ^{*} $p < 0,05$; *a* = Diferença em relação a candidata de direita; *b* = Diferença em relação a candidata de esquerda; *c* = Diferença em relação a candidata de centro.

Esse padrão se repetiu nas demais dimensões de estereótipos, uma vez que foi atribuído à candidata de direita menos traços de sociabilidade e competência do que as candidatas de esquerda e centro (Tabela 1).

Em conjunto, portanto, os resultados apontam que o posicionamento político de uma candidata a cargo eletivo influencia os estereótipos a ela atribuídos. De uma maneira geral, a candidata que defende pautas mais à direita do espectro político foi sistematicamente menos associada a traços de competência, moralidade e sociabilidade do que as candidatas de esquerda e de centro. Isto pode ter ocorrido devido algumas propostas da candidata de direita serem referentes à temática da segurança pública e militarização das escolas, que não tipicamente associado à feminilidade, e assim, ter ativado traços contra-normativos.

Ainda que os estereótipos femininos estejam ligados a legitimização do lugar subalterno da mulher, na política reforçar estes traços pode ser benéfico para a imagem da candidata, uma vez que ela é vista como mais honesta e mais apta a desenvolver iniciativas nas áreas da saúde e direito das mulheres (Huddy & Capelos, 2002).

Chama atenção, no entanto, que não existiram diferenças entre essas duas últimas candidatas. O próximo passo na investigação do modelo proposto foi avaliar o papel da

adesão ao sexismo ambivalente no processo de atribuição de estereótipos a candidatas a cargos eletivos.

ESTUDO 2

A influência do sexismo na atribuição de estereótipos às candidatas de direita, centro e esquerda.

Um aspecto fundamental para entender os estereótipos de gênero e, conseqüentemente, a avaliação das candidatas a cargos políticos é o conceito de sexismo, pois foi evidenciado que um alto grau de sexismo faz com que mulheres sejam percebidas como menos competentes que os homens em posições de alto status sociais (Manganelli, Bobbio & Luigina 2012). É importante ressaltar que o sexismo não atinge todas as mulheres da mesma forma, existem fatores que podem potencializar a discriminação como por exemplo quanto mais uma mulher for contranormativa (e.g. feministas) e aderir a pautas igualitárias (Viana, Torres & Estramiana, 2020) mais ela estará sujeita a ser percebida como menos sociável (Connor, 2017; Cuddy, Glick, Fiske & Xu, 2002). Com base nisso, uma vez que o questionamento das relações de gênero é uma pauta tipicamente associada à esquerda, mulheres que defendem essa pauta tendem a serem vistas como mais contranormativas, e assim, sofrer mais impacto do sexismo. Assim, este estudo objetivou investigar se a atribuição de estereótipos a candidatas a cargos eletivos varia de acordo com seu posicionamento político e se essa relação é moderada pela adesão ao sexismo ambivalente

A partir do exposto, hipotetizamos que:

H1: O sexismo ambivalente atuará como moderador na relação entre a atribuição de estereótipos de sociabilidade, moralidade e competência a uma candidata a um cargo eletivo com base no seu posicionamento político.

H2: Pessoas mais sexistas irão atribuir mais traços de competência, moralidade e sociabilidade à candidata de direita, pois as pautas por ela defendidas se alinham com a posição feminina tradicional da divisão sexual de papéis. Assim esperamos que:

H2a: As pessoas com alto grau de sexismo hostil atribuirão menos estereótipos de competência, sociabilidade e moralidade às candidatas de esquerda em comparação às pessoas com baixo sexismo hostil.

H2b: As pessoas com alto grau de sexismo benevolente atribuirão menos estereótipos de competência, sociabilidade e moralidade às candidatas de esquerda em comparação às pessoas com baixo sexismo benevolente.

Seguindo os resultados encontrados no Estudos 1, esses efeitos, no entanto, não serão encontrados na comparação entre as candidatas de esquerda e de centro.

Método

Participantes e delineamento

Participaram deste estudo 129 estudantes universitários, em sua maioria mulheres (76%). A média de idade dos participantes foi de 27.13 anos ($DP = 8$). A amostragem foi não probabilística por conveniência. Posteriormente estimamos o menor tamanho de efeito que seria possível detectar com esta amostra. Para isso realizamos uma análise de sensibilidade post-hoc para efeitos especiais e interações em MANOVA usando GPower 3.1.9 (Faul, Erdfelder, Lang & Buchner, 2007; Zhang & Yuan, 2018) com $\alpha = 0.05$, numerador $df = 2$ e três grupos mostraram que tínhamos 80% de chance de detectar um efeito principal ou de interação tão pequeno como $\eta = 0.07$.

Instrumento

O questionário usado neste estudo foi o mesmo do Estudo 1, adicionando a escala de sexismo ambivalente de Glick e Fiske (1996) adaptada para o contexto brasileiro por

Formiga, Gouveia e Santos (2002). A escala é composta por 22 itens, divididos em 11 de sexismo hostil e 11 de sexismo benevolente. Os participantes foram instruídos a informar o quanto concordavam com cada afirmação utilizando uma escala tipo Likert de sete pontos, variando entre 1 (discordo completamente) e 7 (concordo completamente). Foi realizada uma análise fatorial fixando a extração de dois fatores que foram denominados: Sexismo Hostil que apresentou um *alfa de Cronbach* de .89 e Sexismo benevolente com um *alfa de Cronbach* de .82, que em conjunto, explicaram 43.2% da variância total.

Análise de dados

As análises foram realizadas por meio do software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão 20. Realizou-se uma MANOVA tendo como variáveis independentes o posicionamento da candidata, como variáveis dependentes os estereótipos a ela atribuídos, sejam estes de moralidade, sociabilidade ou competência. O sexismo ambivalente constituiu a variável moderadora.

Resultados e discussão

A interação entre a adesão ao sexismo benevolente e o posicionamento da candidata foi significativa nas dimensões de moralidade ($F(2,123) = 9.88, p < .001$), de competência ($F(2,123) = 8.96, p < .001$) e de sociabilidade ($F(2,123) = 6.31, p < .01$). Já a adesão ao sexismo hostil teve interação significativa com o posicionamento da candidata nas dimensões de moralidade ($F(2,123)=12.17, p < .001$), de competência ($F(2,123) = 6.98, p < .01$) e de sociabilidade ($F(2,123)=9.88, p < .001$). A partir de comparações *pairwise*, foi possível observar as diferenças na atribuição de estereótipos entre candidatas nos grupos de pessoas com alto e baixo sexismo hostil e benevolente.

Assim, entre as pessoas que apresentaram um baixo grau de adesão ao sexismo benevolente, houve diferenças significativas na atribuição de moralidade entre a candidata de direita em comparação as candidatas de esquerda e centro ($p < .001$); além disso, a candidata de esquerda se diferenciou da de direita ($p < .001$), assim como a de direita com a de centro ($p < .001$) (Figura 1). Dessa forma, a candidata de esquerda foi vista como possuindo mais atributos morais que a de centro e a candidata de direita foi vista como tendo menos atributos morais do que as outras duas.

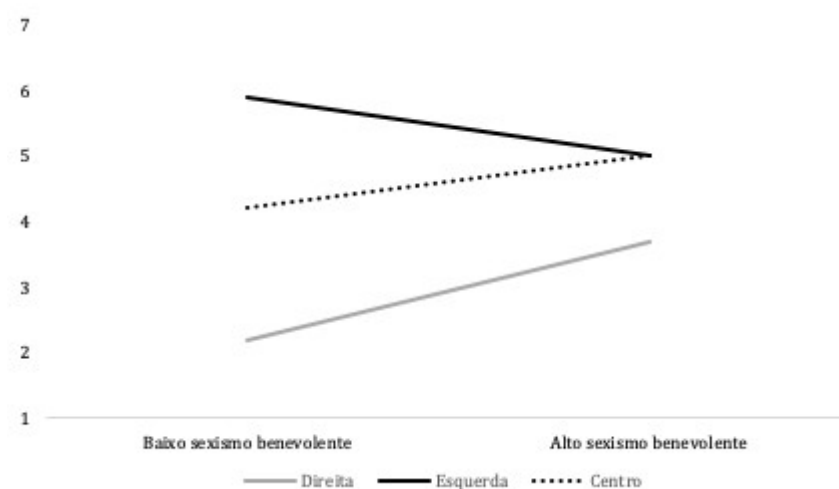


Figura 1. Diferenças na atribuição de moralidade em participantes com alto e baixo sexismo benevolente.

Pessoas com baixa adesão ao sexismo benevolente também apresentaram diferenças significativas na atribuição de estereótipos de sociabilidade e de competência entre as candidatas em todas as condições (Figuras 5 e 6). Dessa forma, a candidata de esquerda foi vista como possuindo mais atributos de sociabilidade e de competência que a de centro e a candidata de direita foi vista como tendo menos atributos sociabilidade e de competência do que as outras duas.

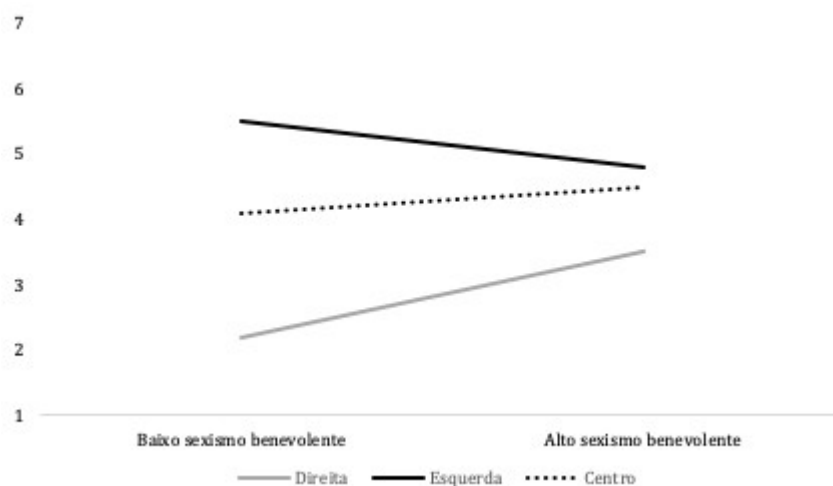


Figura 2. Diferenças na atribuição de sociabilidade em participantes com alto e baixo sexismo benevolente.

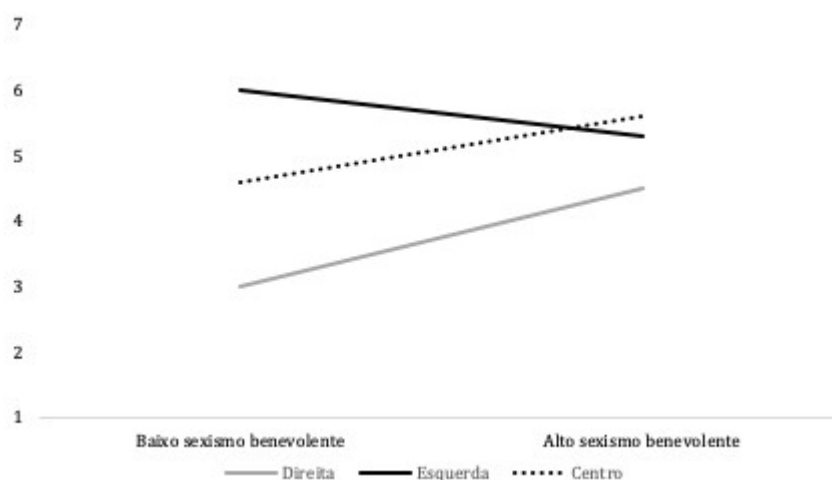


Figura 3. Diferenças na atribuição de competência em participantes com alto e baixo sexismo benevolente.

Os participantes com um baixo grau de adesão ao sexismo hostil apresentaram diferenças significativas na atribuição de estereótipos de moralidade entre as candidatas de esquerda e direita ($p < .001$), assim como direita e centro ($p < .005$) (Figura 4). Estes participantes também atribuíram diferentes graus de sociabilidade às candidatas de esquerda e de direita ($p < .01$) (Figura 5), assim como diferentes graus de competência entre as

candidatas de esquerda e direita ($p < .001$), e entre as candidatas de direita e centro ($p = .01$) (Figura 6).

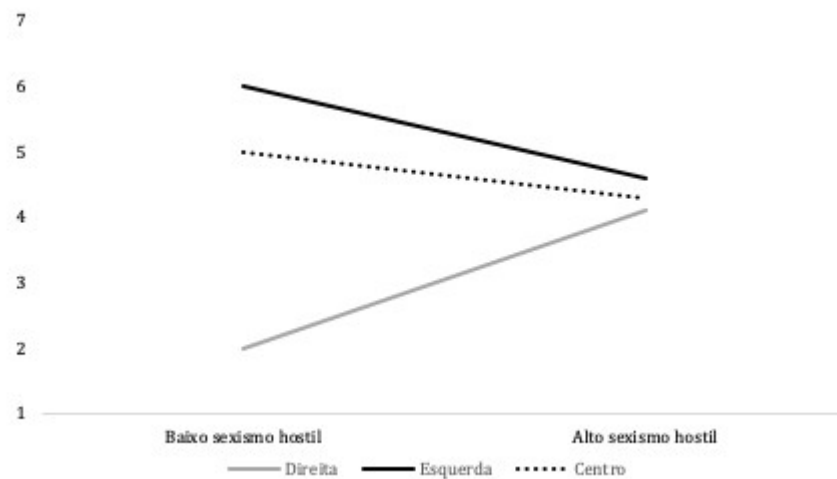


Figura 4. Diferenças na atribuição de moralidade em participantes com alto e baixo sexismo hostil.

Assim, como pode ser visto na Figura 4, as candidatas de esquerda e de centro foram vistas como sendo igualmente morais e a candidata de direita como sendo menos moral do que elas duas.

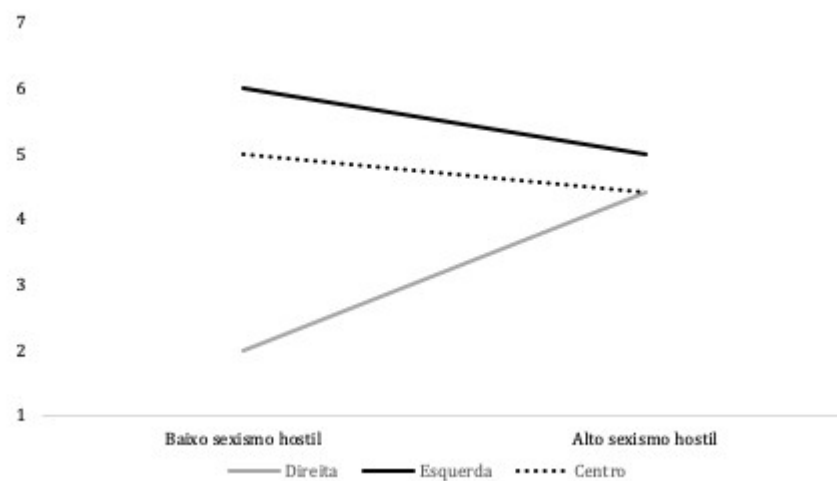


Figura 5. Diferenças na atribuição de sociabilidade em participantes com alto e baixo sexismo hostil.

Já no que se refere à dimensão de sociabilidade, o mesmo padrão de resposta foi observado: candidatas de esquerda e de centro foram vistas como sendo igualmente sociáveis e a de centro como a menos sociável entre as três na situação de baixo sexismo hostil.

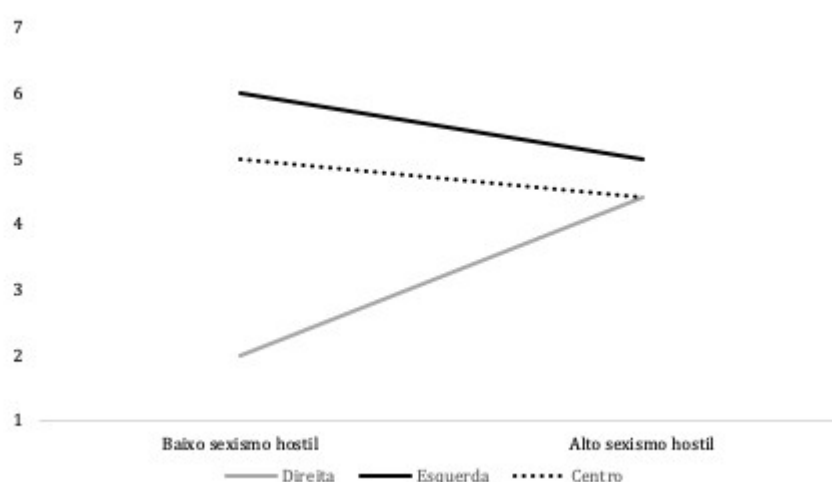


Figura 6. Diferenças na atribuição de competência em participantes com alto e baixo sexismo hostil.

Finalmente, na dimensão de competência, também foi observado resultado igual aos anteriores: as candidatas de esquerda e de centro foram vistas como sendo mais competentes do que a de direita. Como pode ser também visto nas Figuras 4, 5 e 6, os participantes com alto grau de adesão ao sexismo hostil não apresentaram diferenças significativas na avaliação das candidatas em nenhuma das dimensões dos estereótipos, ficando todas as médias novamente próximas ao ponto médio da escala. No que se refere à alta adesão ao sexismo hostil, não houve diferenças significativas em nenhuma das três dimensões, ficando todas as médias próximas do ponto médio da escala utilizada, portanto não foi possível confirmar a hipótese 2b.

Portanto, ainda que não foram observadas diferenças significativas entre as candidatas na situação de alta adesão ao sexismo hostil e benevolente, como esperado, foi possível observar diferenças significativas entre participantes com baixa adesão ao sexismo hostil e benevolente. Este resultado pode ser explicado uma vez que as propostas da candidata de esquerda abordam a defesa dos direitos das mulheres e dos papéis de gênero, o que leva a uma maior identificação com pessoas que concordam com estas perspectivas e, uma vez que uma menor adesão ao sexismo está relacionado com posicionamentos mais igualitários (Hellmer, Stenson & Jylhä, 2018).

Considerações Finais

Esta dissertação teve como objetivo investigar a influência do posicionamento político de candidatas (e.g. conservadora/centro/progressista) e do sexismo ambivalente na atribuição de estereótipos às candidatas a cargos eletivos. Para alcançar esse objetivo, foram realizados dois estudos que investigaram a influência do posicionamento político na percepção da candidata, bem como o impacto da adesão ao sexismo hostil e benevolente nesta relação.

Os resultados do Estudo 1 nos permitem observar que o posicionamento político da candidata tem efeito, de maneira geral, na forma como ela é percebida. Observamos que o contraste na avaliação das candidatas foi bem mais forte na comparação das candidatas de direita e esquerda, havendo também diferenciação entre as candidatas de direita e centro. Não foi, entretanto, observado diferenciação entre as candidatas de esquerda e centro.

Já os resultados do Estudo 2, que analisou o papel do sexismo na avaliação de candidatas de esquerda, direita e centro, apresentaram diferenças apenas na condição de baixo sexismo hostil e benevolente, novamente havendo um contraste entre a avaliação das candidatas de direita com relação as candidatas de esquerda e centro. Na situação de alto sexismo hostil e benevolente foi possível observar que não houve diferenciação entre as

candidatas. Este aspecto nos chama atenção pois foi a única condição na qual não houve vantagem significativa da candidata de esquerda e centro em relação à candidata de direita.

Em conjunto, os resultados dos dois estudos realizados mostram a complexidade do estudo das dinâmicas de gênero e estereótipos no campo da política, uma vez que mesmo que mulheres tenham um posicionamento mais conservador, elas podem sofrer as sanções de romper com o que é esperado de uma mulher neste contexto. A presença da mulher na política pode ser impactada por diversos fatores, dentre estes é importante ressaltar a importância tanto das pertencas sociais como das ideologias (e.g. sexismo ambivalente) na atribuição de estereótipos. Estes fatores marcam a percepção das mulheres uma vez que servem de um importante filtro para a interpretação das relações sociais.

Uma limitação dos estudos aqui apresentados diz respeito ao fato de não analisarmos o papel da auto identificação ideológica e partidária do participante na atribuição dos estereótipos. Um terceiro estudo estava previsto no planejamento deste trabalho, porém não foi possível realizá-lo devido a dificuldade de coletar uma amostra balanceada no contexto da coleta online e necessidade do isolamento social. Uma segunda lacuna que poderá ser preenchida em próximos estudos diz respeito à atribuição de estereótipos a candidatos para investigar os efeitos de uma adesão partidária mais marcada, identificando, além das propostas, a candidata como pertencente a um partido de direita ou de esquerda

Dessa forma, próximos estudos devem se aprofundar no papel do conteúdo ideológico *per se* tanto na atribuição de estereótipos como também nas representações sociais de candidatos e candidatas a cargos eletivos tendo como orientação a Teoria da Identidade Social.

Referências

- Agência Pública (2016). *As bancadas da Câmara*. Disponível em: <https://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>. Acesso em: 1 de agosto de 2020.
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice (3a ed.)*. Wokingham: AddisonWesley
- Brambilla, M., Rusconi, P., Sacchi, S., & Cherubini, P. (2011). Looking for honesty: The primary role of morality (vs. sociability and competence) in information gathering. *European Journal of Social Psychology*, 41, 135-143. <https://doi.org/10.1002/ejsp.744>
- Brambilla, M., Sacchi, S., Rusconi, P., Cherubini, P., & Yzerbyt, V. Y. (2012). You want to give a good impression? Be honest! Moral traits dominate group impression formation. *British journal of social psychology*, 51(1), 149-166.
- Cohen, M., Lupu, N. & Zechmeister, E., eds. (2017). *The political culture of democracy in the Americas, 2016/17. A comparative study of democracy and governance*. Vanderbilt University.
- Connor, R. A., Glick, P., & Fiske, S. T. (2016). Ambivalent sexism in the twenty-first century. In C. G. Sibley & F. K. Barlow (Eds.), *The Cambridge handbook of the psychology of prejudice* (pp. 295-320). Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- Cuadrado, I., Navas, M., Molero, F., Ferrer, E., & Morales, J. (2012). Gender Differences in Leadership Styles as a Function of Leader and Subordinates' Sex and Type of Organization. *Journal Of Applied Social Psychology*, 42(12), 3083-3113. doi: 10.1111/j.1559-1816.2012.00974.x
- d'Avila, M., Comin, D. O., Aragon, I. B. M., & Alvares, T. (2018). A Representação Política das Mulheres nos Espaços de Poder: um breve panorama mundial, brasileiro e gaúcho. *Revista Estudos Legislativos*, 11(11).
- Faul, F., Erdfelder, E., Lang, A. G., & Buchner, A. (2007). G* Power 3: A flexible statistical power analysis program for the social, behavioral, and biomedical sciences. *Behavior research methods*, 39(2), 175-191. <https://doi.org/10.3758/BF03193146>

- Fiske, S. T. (1998) Stereotyping, prejudice, and discrimination. *The handbook of social psychology*, v. 2, n. 4, p. 357-411.
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J., Glick, P., & Xu, J. (2002). A model of (often mixed) stereotype content: competence and warmth respectively follow from perceived status and competition. *Journal of personality and social psychology*, 82(6), 878.
- Formiga, N. S., Golveia, V. V., & Santos, M. N. D. (2002). Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. *Psicologia em estudo*, 7(1), 103-111.
- Gênero número (2016). Cotas aumentam candidaturas, mas ainda não alavancam número de eleitas. Disponível em: <http://www.generonumero.media/cotas-aumentam-candidaturas-mas-ainda-nao-alavancam-presenca-feminina-em-cargos-municipais/> . Acesso em 14 de julho de 2020.
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 491-512. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.70.3.491>
- Huddy L., Capelos T. (2002) Gender Stereotyping and Candidate Evaluation. In: Ottati V.C. et al. (eds) *The Social Psychology of Politics. Social Psychological Applications to Social Issues*. Springer, Boston, MA. https://doi.org/10.1007/978-1-4615-0569-3_2
- IPU-UNWOMEN (2020). *Women in Politics Map*. Disponível em: <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/women-in-politics-map-2020-en.pdf?la=en&vs=827> . Acesso em: 1 de agosto de 2020.
- Jost, J. T., & Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system- justification and the production of false consciousness. *British journal of social psychology*, 33(1), 1-27.
- Hellmer, K., Stenson, J. T., & Jylhä, K. M. (2018). What's (not) underpinning ambivalent sexism?: Revisiting the roles of ideology, religiosity, personality, demographics, and men's facial hair in explaining hostile and benevolent sexism. *Personality and Individual Differences*, 122, 29-37.
- Leach, C. W., Ellemers, N., & Barreto, M. (2007). Group virtue: the importance of morality (vs. competence and sociability) in the positive evaluation of in-groups. *Journal of personality and social psychology*, 93(2), 234.

- López-Rodríguez, L., Cuadrado, I., & Navas, M. (2013). Aplicación extendida del Modelo del Contenido de los Estereotipos (MCE) hacia tres grupos de inmigrantes en España. *Estudios de Psicología*, 34(2), 197-208.
- ONG Politize. (2017). *5 dados sobre a participação das mulheres na política brasileira*.
Fonte: <https://www.politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira/>
- Pereira, C., Vala, J., & Costa-Lopes, R. (2010). From prejudice to discrimination: The legitimizing role of perceived threat in discrimination against immigrants. *European Journal of Social Psychology*, 40(7), 1231-1250.
- Rodrigues, P. R. G. (2018). Influência social, minorias ativas e desenvolvimento moral: ensaio teórico sobre a representatividade política brasileira. *Psicologia & Sociedade*, 30.
- Rosenberg, S., Nelson, C., & Vivekananthan, P. S. (1968). A multidimensional approach to the structure of personality impressions. *Journal of personality and social psychology*, 9(4), 283.
- Tajfel, H., (1981). *Grupos humanos e categorias sociais: estudos em Psicologia Social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In: W.G. Austin, S. Worchel (Eds.), *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 33- 47). Monterey, CA: Brooks/Cole.
- Techio, E. M. (2011). Estereótipos sociais como preditores das relações intergrupais. Em E. M. Thechio & M. E. O. Lima (Eds) *Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceitos no Brasil, Espanha e Portugal*. (pp. 174 – 179) Brasília: Technopolitik.
- Viana, H. A., Rosas-Torres, A. R., & Estramiana, J. L. Á. (2020). Egalitarian men: stereotypes and discrimination. *Acta Colombiana de Psicología*, 23(2), 111-128.
- Willis, G. B., Rodriguez-Bailón, R., & Moya, M. (2011). Los estereotipos y su contenido en España. In Elza Maria Techio, Marcus Eugênio Oliveira Lima (Orgs.). *Cultura e produção das diferenças: Estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal*. (pp. 107-130). Brasília: TechoPolitik.
- Zhang, Z., & Yuan, K. H.(2018). *Practical Statistical Power Analysis Using Webpower and R (Eds)*. ISDSA Press.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro participante,

Esta pesquisa tem o propósito de investigar a opinião de pessoas como você sobre candidatos(as) a cargos eletivos na política brasileira. Para tanto, gostaríamos de contar com a sua colaboração respondendo este questionário.

Por favor, leia atentamente as instruções a seguir e responda escrevendo ou marcando a opção que mais se aproxima do que você pensa, sente ou faz. Responda todas as questões, não deixando nenhuma em branco.

Você pode responder com a máxima sinceridade e liberdade, pois não há respostas certas ou erradas e garantimos o anonimato e confidencialidade de todas as suas respostas. Nos comprometemos a cumprir todos os preceitos e ticos recomendados pelas resoluções n. 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Caso surja qualquer desconforto durante a sua participação, ou se desejar algum esclarecimento, nos colocamos à inteira disposição por meio dos seguintes contatos: amandasousa.910@gmail.com – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Campus I - Jardim Cidade Universitária, João Pessoa - PB, 58033-455 Contato: (83) 99837-8888

Ao responder a esta pesquisa estou concordando em participar voluntariamente do estudo acima mencionado, de responsabilidade da mestrandia Amanda Wanderley Leite de Sousa, sob orientação da Profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres, do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, estando totalmente ciente de que os dados fornecidos poderão ser utilizados para fins científicos e acadêmicos.

1. Concordo em participar do estudo:

() Sim

() Não

CENÁRIOS EXPERIMENTAIS

Por favor, leia atentamente a descrição da pessoa candidata descrita a seguir:

Cenário 1 – Candidata de direita: Luisa da Silva Lemos, 32 anos, casada, tem dois filhos e uma carreira estável como advogada. Ela está se candidatando pela primeira vez ao cargo de deputada federal. A sua plataforma de campanha gira em torno da defesa dos Direitos Humanos e das minorias, como ações de proteção da comunidade LGBTQIA+, políticas de combate ao racismo e defesa dos direitos da mulher. Ela também defende políticas de redistribuição de renda, como a defesa de uma reforma agrária e taxaço de grandes fortunas.

Cenário 2 – Candidata de Esquerda: Luisa Lemos, 32 anos, casada, tem dois filhos e uma carreira estável como advogada. Ela está se candidatando pela primeira vez ao cargo de deputada federal. A sua plataforma de campanha gira em torno da defesa da segurança pública defendendo melhores condições de trabalho para a polícia civil e militar, bem como a redução da maioria penal em casos graves. Ela defende também a militarização de escolas públicas e o combate ao ensino de temáticas de gênero e sexualidade nas escolas de ensino básico.

Cenário 3 – Candidata de centro: Luisa Lemos, 32 anos, casada, tem dois filhos e uma carreira estável como advogada. Ela está se candidatando pela primeira vez ao cargo de deputada federal. A sua plataforma de campanha gira em torno da defesa de uma maior transparência pública e combate a corrupção. Ela defende também que sejam destinados mais recursos à educação básica, a saúde, infra-estrutura e que sejam garantidos os direitos da criança, do adolescente e do idoso

ESCALA DE CONTEÚDO DE ESTEREÓTIPOS

Pense na candidata e nos diga em que medida você acredita que ela possui cada uma das seguintes características. Indique o número que melhor expresse sua opinião, tendo em conta que 1 indica nada e 7 muito:

	Nada						Muito
1. Honesta	1	2	3	4	5	6	7
2. Amável	1	2	3	4	5	6	7
3. Segura	1	2	3	4	5	6	7
4. Confiável	1	2	3	4	5	6	7
5. Amigável	1	2	3	4	5	6	7
6. Inteligente	1	2	3	4	5	6	7
7. Sincera	1	2	3	4	5	6	7
8. Solícita	1	2	3	4	5	6	7
9. Hável	1	2	3	4	5	6	7
10. Respeitosa	1	2	3	4	5	6	7
11. Calorosa	1	2	3	4	5	6	7
12. Eficiente	1	2	3	4	5	6	7
13. Justa	1	2	3	4	5	6	7
14. Agradável	1	2	3	4	5	6	7
15. Capaz	1	2	3	4	5	6	7
16. Bem intencionada	1	2	3	4	5	6	7

17. De bom caráter	1	2	3	4	5	6	7
18. Competente	1	2	3	4	5	6	7

INVENTÁRIO DE SEXISMO AMBIVALENTE

Por favor, marque a alternativa que mais se aproxima da sua opinião:

Discordo totalmente	Discordo moderadamente	Discordo pouco	Não discordo nem concordo	Concordo pouco	Concordo moderadamente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5	6	7

Todo homem deve ter uma mulher a quem amar.	1	2	3	4	5	6	7
Homem está incompleto sem uma mulher.	1	2	3	4	5	6	7
Mulher procura controlar o homem comprometido com ela.	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres atraem sexualmente e depois rejeitam aos homens.	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres devem ser queridas e protegidas por homens.	1	2	3	4	5	6	7
Ninguém é feliz sem ter um(a) companheiro(a).	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres procuram poder controlando aos homens.	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres exageram problemas no trabalho.	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres não dão valor a tudo o que os homens fazem por elas.	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres são mais refinadas e têm melhor bom gosto.	1	2	3	4	5	6	7
Uma boa mulher deve ser posta em um pedestal por seu companheiro.	1	2	3	4	5	6	7
Homem não se sente completo sem o amor de uma mulher.	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres interpretam ações inocentes como sendo sexistas.	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres têm pureza que poucos homens possuem.	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres se ofendem muito facilmente.	1	2	3	4	5	6	7
Feministas procuram que as mulheres tenham mais poder.	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres têm maior sensibilidade moral.							

	1	2	3	4	5	6	7
Homens devem prover segurança econômica a mulheres.	1	2	3	4	5	6	7
Feministas fazem demandas irracionais aos homens.	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres alegam discriminação em derrotas justas.	1	2	3	4	5	6	7
Em catástrofes, mulheres devem ser resgatadas primeiro.	1	2	3	4	5	6	7
Em nome da igualdade, as mulheres procuram privilégios.	1	2	3	4	5	6	7

QUESTIONÁRIO SÓCIO-DEMOGRÁFICO

Qual o seu gênero?

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Outro (especifique)_____

Qual a sua idade?

Qual a cidade onde residiu por mais tempo. Por favor insira no formato "Cidade, Estado" (Ex. "João Pessoa, PB")

Qual o seu curso?

Qual a cor da sua pele?

- ☐ Preta
- ☐ Branca
- ☐ Parda
- ☐ Amarela (asiático)
- ☐ Indígena

A média de rendimento familiar no Brasil, hoje em dia, é de R\$2.261,00. Considerando todos os rendimentos da sua casa, o rendimento da sua família é:

- ☐ Muito acima da média
- ☐ Acima da média
- ☐ Pouco acima da média
- ☐ Perto da média
- ☐ Pouco abaixo da média
- ☐ Abaixo da média
- ☐ Muito abaixo da média

Na sua opinião, qual o posicionamento político da candidata avaliada?

- ☐ Direita
- ☐ Esquerda
- ☐ Centro
- ☐ Não sei